

GAZETA MERCANTIL

O orçamento sem recursos para isonomia

por Claudia Safatle
de Brasília

Há uma questão que o Congresso Nacional terá que decidir, ainda, neste ano, para evitar um virtual colapso da administração federal em 1993: o destino da reforma fiscal.

O projeto de lei orçamentário, entregue ontem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, estima receitas e fixa as despesas em Cr\$ 538,25 trilhões (em cruzeiros de abril último). Desse total, 62% (Cr\$ 334,06 trilhões) será consumido com a rolagem da dívida pública; Cr\$ 94,91 trilhões representam o orçamento da segurança social; Cr\$ 24,86 trilhões referem-se às transferências a estados e municípios; Cr\$ 10,2 trilhões para operações oficiais de crédito à agricultura e exportações (cifra Cr\$ 5,7 trilhões inferior à deste ano), entre outras.

Não sobraram recursos para o pagamento da isonomia salarial do funcionalismo público em 1993, recém-aprovada pelo governo, nem para quitar junto aos aposentados os atrasados do reajuste de 147% nas aposentadorias e pensões.

Ao entregar o projeto de lei ao senador Benevides, o ministro da Economia assinalou: "Estou certo de que este é um dos orçamentos mais realistas, transparentes e austeros da história desta República. Não há enfeites de receitas, não se esconde nada da fragilidade e dificuldades do Tesouro Nacional".

Benevides comprometeu-se a convocar uma sessão do Congresso para hoje, na qual será feita a lei-

tura da mensagem que acompanha o projeto de lei. A mensagem alerta para "o virtual colapso da administração federal", que só seria evitado com uma "ampla reforma fiscal", para 1993.

Marcílio, na entrevista que deu após o encontro com o presidente do Congresso, garantiu que nenhum ministro pedirá demissão antes de uma decisão do Congresso Nacional sobre o pedido de "impeachment" do presidente da República, como está no comunicado à Nação assinado pelos ministros na semana passada.

Assegurou que não abriu os cofres para financiar as demandas políticas e anunciou que o Tesouro Nacional teve, em agosto último, superávit de caixa superior a Cr\$ 1 trilhão.

Indagado sobre o pronunciamento do presidente Collor de Mello, feito na noite do último domingo, Marcílio respondeu: "Me ateria à parte relativa ao grande projeto de reconstrução nacional e a registrar seu empenho continuado na discussão e aprovação de alguns projetos extremamente importantes para o País".

(Ver página 3)